



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



LEI Nº 009/2004 – PGMP

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE
2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O cidadão Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 66 da Lei Orgânica Municipal de Parintins.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 05 de novembro de 2004, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,

L E I

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes orçamentárias do Município de Parintins para o exercício de 2005, compreendendo:

- I – das prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II – da estrutura e organização dos orçamentos;
- III – da projeção das receitas do exercício financeiro de 2005;
- IV – das diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V- das diretrizes relativas à política de pessoal;
- VI – das disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2005 são as especificadas no **Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei**, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2005, não se constituindo, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

Dr. Anaclay Garcia A. da Silva
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
OAB/AM 3116



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



II – Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, delimitadas no tempo, das quais resultará em um produto que concorrerá para a expansão e/ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – Operações Especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultarão em um produto, e não gerarão contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Parágrafo único. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir, por categoria econômica, os diversos objetivos previstos, atentando para suas respectivas metas e unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 4º. O orçamento discriminará a despesa por unidades orçamentárias, detalhas por categoria de programação, em seu menor nível, com suas respectivas dotações especificando as esferas orçamentárias, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso, e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

1 – pessoal e encargos sociais;

2 – juros e encargos da dívida;

3 – outras despesas correntes;

4 – investimentos;

5 – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas; e

6 – amortização da dívida.

§ 1º A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 2º. As unidades orçamentárias serão agrupadas em órgãos, entendidas como sendo os de maior nível da classificação funcional.

§ 3º. A modalidade de aplicação destina-se indicar os recursos que serão aplicados:

I – mediante transferência financeira a outras esferas de governo, órgãos ou entidades; ou;

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, por outros órgãos ou entidades no âmbito do mesmo nível de governo.

§ 4º. A especificação da modalidade de que trata este artigo será efetuada observando-se o seguinte detalhamento:



- I – união – 20;
- II – governo estadual – 30;
- III – entidade privada sem fins lucrativos – 50;
- IV – instituições multigovernamentais nacionais – 70
- V – exterior – 80
- VI – aplicação direta – 90; ou
- VII – a ser definida – 99.

Art. 5º. O orçamento compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO III

DA PROJEÇÃO DAS RECEITAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.005

Art. 6º. As previsões de receita, nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

I – observarão as normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante;

II – serão acompanhadas de :

- a) demonstrativo de sua evolução de 2002 a 2004;
- b) da projeção para 2005 a 2006;
- c) da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º. O montante previsto para as receitas de operações de créditos não poderá ser superior ao das despesas de capital constante do projeto da lei orçamentária, conforme estabelece o § 2º, art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 2º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento da sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Dra. Anacleto
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
OAB/AM 3116



Das Diretrizes Gerais

Art. 7º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas.

Art. 8º. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 9º. Na programação das despesas não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, previstos no art. 167, § 3º da Constituição Federal;

Art. 10. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, os créditos orçamentários previstos na lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar n. 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2001, não ultrapassar vinte por cento de seu custo total estimado.

Art. 11. O Poder Legislativo terá como limite total de despesas correntes e de capital em 2005, para efeito de elaboração de sua proposta orçamentária, 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício 2004.

Parágrafo Único – Caso o valor estabelecido na proposta orçamentária do Poder Legislativo para 2005, seja inferior ao efetivamente arrecadado, dos tributos citados no **caput** deste artigo, ao final do exercício de 2004, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar as providências cabíveis para atingir o percentual estabelecido.

Art. 12. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I – ações, atividades e funções que não sejam de competência exclusiva do município;

Dra. Anacleto Garibaldo A. da Silva
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
OAB/AM 3116



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



II – clubes e associações de serviços ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e

III – pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com ou em entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 13. Na programação das despesas, deverão ser observados percentuais mínimos destinado a despesas com educação e saúde prevista no art. 212 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 14/96 e art. 77 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias e com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 14. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

Art. 15. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvados as sem fins lucrativos e o disposto no artigo 12, II, desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

Art. 16. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência, equivalente a, no mínimo, 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista, sendo dividido entre as fontes: Recursos Próprios e FPM, destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do inciso III, do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 18. Os ajustamentos do plano plurianual – PPA, se necessários, serão efetivados por meio de projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal até o dia 30 de novembro de 2004.

Dra. Anacley Garcia A. da Silva
PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
OAB/AM 3116



CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 19. No exercício de 2005, somente poderão ser admitidos servidores:

- I – desde que existam cargos vagos a preencher ou que vierem a ser criados por lei, observado o disposto no inciso III, deste artigo;
- II – houver prévia dotação orçamentária suficiente ao atendimento da despesa;
- III – for observado o limite previsto no art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. Poderão ser contratados administrativamente servidores para o desempenho de funções temporárias, nos termos da Lei Municipal n.017, de 08 de agosto de 2001 desde que seja observado o limite total da despesa de pessoal previsto no artigo 20 desta Lei.

Art. 20. As despesas de pessoal ativo e inativos e pensionistas, e respectivos encargos, não poderão ultrapassar o limite de 60% (sessenta por cento) da receita líquida, sendo 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

§1º. Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregadores públicos, regidos pela Lei das Consolidações do Direito do Trabalho serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§2º Os contratos relativos à Prestação de serviços Técnicos Profissionais especializados poderão ter vigência plurianual.

Art. 21. Se a despesa total com o pessoal exceder a 95 (noventa e cinco por cento) do limite de que trata o artigo 20, aplicar-se-ão as restrições previstas no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. No exercício de 2005, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 23 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança, saúde e educação, que ensejam situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do chefe do Poder Executivo ou a quem este delegar.

Art. 23. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2005, cronograma mensal de desembolso, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes deste cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar por Decreto, o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) do Orçamento Municipal no qual os recursos serão explicados por unidade orçamentária, programa, ação, fontes de recursos e natureza da despesa.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Art. 25. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundo e entidades integrantes do orçamento Municipal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura no mês que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 26. Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo chefe do Poder Executivo até 31 de dezembro de 2004, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas.

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto de Previdência Municipal e do regime geral da previdência social, quando for o caso;
- III – pagamento do serviço da dívida;
- IV – pagamento de despesas decorrentes de contratos e convênios publicados até 31 de dezembro de 2004;
- V – programa de duração continuada,
- VI – assistência social, saúde e educação ,
- VII – manutenção das entidades, e
- VIII – sentenças judiciais transitadas em julgado cujo pagamento de obrigações definidas em lei municipal como de pequeno valor.


Art. 27. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, na hipótese do art. 167, § 2º da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 28. Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da Administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes aos pagamentos de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 29. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeterão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado com finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos em virtudes dos quais receberam os recursos.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Palácio Cordovil, em Parintins, em 24 de novembro de 2004.


Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho
Prefeito Municipal de Parintins

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004

ANEXO I Metas e Prioridades para 2004



0208 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Programa: PNI (IMUNIZAÇÃO)

Objetivo: Diminuir o número de casos de doenças imuno-previsíveis.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01–Realizar vacinação de Rotina 3ª Dose Tetravalente	< 1 Ano	Crianças	96%
02–Realizar vacinação de Rotina 3ª Dose Pólio	< 1 Ano	VIII. Crianças	IX. 96%
X. 03– Realizar vacinação de Rotina BCG	< 1 Ano	XI. Crianças	XII. 100%
XIII. 04– Realizar vacinação de Rotina F.A.	< 1 Ano	XIV. Crianças	XV. 100%
05– Realizar vacinação de Rotina VCHB	XVI. < 20 Anos	XVII. Pessoas	XVIII. 90%
06– Realizar vacinação de Rotina T. Viral	XIX. 1 a 10 Anos	XX. Pessoas	XXI. 90%
XXII. 07– Realizar 2ª Etapa de Vacinação Contra Pólio	XXIII. < 5 Anos	XXIV. Crianças	XXV. 95%
XXVI. 08– Realizar Campanha Anual Contra Influenza	XXVII. > 60 Anos	XXVIII. Idosos	XXIX. 80%
XXX. 09– Realizar vacinação de Rabica	XXXI. Cães e Gatos	XXXII. Cães e Gatos	XXXIII. 90 %
XXXIV. 10– Implantação de salas de vacina Zona Rural	XXXV. Geral	XXXVI. Posto de Saúde	XXXVII. 0 4

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

XXXVIII. Programa: PACS/PSF / CADASTRAMENTO NACIONAL DE USUÁRIO DO SUS / SAÚDE BUCAL

Objetivo: Garantir à população do município de Parintins, condições de acesso aos serviços de atenção básica dar soluções aos casos de saúde/doenças.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01 – Implantar 02 equipes de PSF na zona rural – Mocambo/Cabury.	Atender a população local	PSF	02
02 – Contratar profissionais de saúde para atuar na zona rural.	Profissionais	Médicos, enfermeiros, Aux. De Enfermeiros, Dentista, Aux.De Higiene Dentário	2 2 4 2 2
03 – Aumentar a cobertura PACS/PSF zona rural e urbana	População do município	Pessoas	80.000
04 – Aumentar a condução para a realização das visitas Domiciliar na zona rural	Transporte	Voadeira	05
05 – Cadastro da população do município de Parintins – Cartão SUS.	População	Usuário	80.000
06 – Atuação em palestras nas escolas para crianças de 5 a 14 anos.	Atendimento preventivo nas escolas	Crianças	6.000
07 – Implantar 05 equipes de PSF zona urbana.	Atender a população	PSF	05
08 – Contratar + 27 ACS para zona rural.	Atender a população	ACS	24
09 – Realizar cursos de Relações Humanas para PACS/PSF.	ACS	C.M.S	208

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

10 – Implantar o monitoramento dos ACS com apoio do C.M.S, área urbana e rural .	ACS	C.M.S	
--	-----	-------	--

Programa: VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

Objetivo: Notificar e investigar, analisar e traçar medidas de acordo com o perfil epidemiológico.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01– Realizar investigação epidemiológica das D.N.C. (exceto Dengue)	Maior proporção de investigar	Palestra sobre as Notificações	12 meses
02 – Realizar notificação negativa do Sarampo, Tétano e Paralisia Flácidas agudas.	Unidades notificantes	Realizar buscas ativas nas Unidades	48 semanas
03 – Realizar diagnostico laboratorial das doenças exantemática.	Proporção de casos investigados	Enviar as sorologias adequadamente	12 meses
04 – Aumentar a cobertura PACS/PSF zona rural e urbana	Casos notificados (realização de diagnostico)	Pessoas	80.000
05 – Realizar diagnostico laboratorial.	Realização de diagnostico	Capacitar mão de obra p/o envio dos cérebros dos animais	12 meses
06 – Realizar diagnostico laboratorial de HIV/AIDS	Realização de diagnostico		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: ENDEMIAS.

Objetivo: Diminuir casos de Malaria e Dengue no Município.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01 – Realizar buscas ativa e buscar passiva nas áreas de riscos.	Toda população da área de risco	Bloqueio	12 meses
02 – Capacitar microscopista nas áreas de risco no rio	Laboratório	03	03
03 – Barco equipado com laboratório volante no rio	Barco	04	04
04 – Intensificar a Entomologia em todo o Município	Entomologia	Recursos Humanos	03
05 – Borrifação nas áreas onde é detectado o Anofelino	Borrifação Intra-Domiciliar	Borrifação Focal	100%
06 – Delimitar as áreas onde tem suspeitos de dengue.	Delimitação de focos	Educação em Saúde	50%
07 – Conscientizar a população importância da vacina	Vacinas	Palestras Educativas	50%
08 – Buscar Parcerias com os ACS no controle de Dengue, Malária.	Parceiros		100%
09 – Intensificar as visitas de todos os imóveis.	Predial	Levantamento dos imóveis	100%
10 – Equipe de controle de vetor visando as formas aladas.	Equipamento aplicação de UBV	Bloqueio no Rio 300 metros	100%
11 – Prover o tratamento de todos casos de malária	Tratamento	Realizar ativa	100%

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Objetivo: Promover o desenvolvimento de atividades desportivas, estimulando a participação, a integração e a inclusão de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, com vistas à melhoria da qualidade de vida e de saúde por meio do Esporte.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01 – Conscientizar a população a VISA e seu papel na Comunidade	Zona Urbana e Zona Rural	Palestras Educativas	20
02 – Capacitar fiscais e buscar suas efetivações para que eles possam realizar legalmente suas atividades e sem rotatividade de pessoal			03
03 – Incrementar as atividades na zona rural.		Visitas as Comunidades	04
04 – Realizar e manter novas parcerias	POLICIA CIVILSEMSA SENAI S.OBRA SMAST IBAMA SEMOSB C.M.S. SENAC C. TUTELAR		
05 – Ampliar o quadro de pessoal	Fiscais		10
06 – Implantar a vigilância ambiental com parceiros.	VISA (SEMSA) SEMAST IBAMA SEMOSB		
07 – Cumprir e manter cronograma de atividade.	VISA	Relatórios	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004

ANEXO I Metas e Prioridades para 2004



Programa: DERMATOLOGICO / TUBERCULOSE / LEISHMANIOSE / HANSENÍASE

Objetivo: Reduzir o número de casos novos. Participação nas áreas rurais e urbanas dos agentes PSF e PACS nas atividades de prevenção.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01 – Descentralizar os Programas para os Centros de Saúde existentes no município.	Centro de Saúde Implantado	Centro de Saúde	05
02 – Capacitar pelo menos 2 funcionários em cada Centro de Saúde para atuarem no Programa de Leishmaniose / Hanseníase / Dermatologia	Funcionários capacitados	05	05
03 – Envolver os ACS para fazer busca ativa dos sintomáticos respiratórios.	ACS capacitados	ACS	235
04 – Resgatar todos os pacientes faltosos, e reduzir o numero de casos.	Equipe da Família mantida		
05 – Realizar campanha para busca ativa, e atividade de educação em saúde.	Proporcionar campanhas	Tuberculose Hanseníase	01 01
06 – Curar 95% dos casos novos de Tuberculose	Pacientes Curados	Cura	90
07 – Implantação do DOTS	ACS capacitados	ACS	235
08 – Intensificar o controle de comunicantes	ACS capacitados	ACS	235

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: DIABETES E HIPERTENSOS

Objetivo: Proporcionar uma Assistência integral adequado e de boa qualidade através dos recursos oferecidos ao Programa garantido resolutividade aos que dele fazem parte.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01 – Divulgação do programa mostrando sua importância a população.	Mídia	Campanha	01
02 – Busca ativa nos domicílios.	População	Visita Domiciliar	
03 – Campanha Educativas, reprodução de fitas de vídeo e elaboração e reprodução de panfletos visando e sensibilização da comunidade e do paciente.	Materiais Diários	Campanha	02
04 – Estimular o retorno do cliente a unidade.	Pacientes faltosos	Visita Domiciliar	
05 – Garantir referencia para aqueles com problemas que necessitam de maior complexibilidade de atenção	Unidade de referencia		01
06 – Debater as diretrizes do Programa com todos os profissionais de saúde, visando envolvimento na luta para elevar a qualidade na assistência prestada.	Equipe de Saúde	Encontros	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004

ANEXO I Metas e Prioridades para 2004



Programa: SAÚDE MENTAL.

Objetivo: Atender e acompanhar a população do programa.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01 – Implantação do Programa de saúde mental.	População pelo PACS/PSF.		
02 – Solicitar o treinamento clínico para toda a equipe disciplinar.	Profissionais de Saúde	Treinamento	01
03 – Aquisição de medicamentos.	Medicamentos específicos		
04 – Contratação de pelo menos 01 profissional da área.	Psicólogo		01

Programa: SIS PRÉ-NATAL

Objetivo: Implantação do Programa, proporcionando às mulheres, um pré-natal humanizado, conscientizando-as e incentivando-as ao parto hospitalar, reduzindo a taxa de morbimortalidade Materno – infantil.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01–Prestar atendimento às mulheres grávidas no 1º trimestre de gravidez.	Mulher grávida	Cons. Às Gestantes no 1º tri	100
02–Acompanhar essas mulheres no Puerpério.	Mulheres pós-parto	Pueperas	100
03–Realizar 6 cons. Ou mais de pré – natal nas mães de nascidos vivos.	Mulher grávida	Cons. às Gestantes	100

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: PLANEJAMENTO FAMILIAR.

Objetivo: Sensibilizar a população para o uso dos métodos contraceptivos destacando a importância dos mesmos para o controle da natalidade e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01–Desenvolver atividades educativas com a população.	Equipe do PACS/PSF	ACS	01
02–Distribuir métodos anticoncepcionais e clientela específicas.	Pessoas inscritas no Programa	Centro de Saúde	200
03–Divulgar o programa a população, mostrando sua importância.	População alvo.	Médica/Enfermeira	
04–Aumentar a quantidade de método anticoncepcional a fim de suprir a demanda da população.	Preservativo masculino e pílula.	Condon Pílula	80.00 9.600

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: BOLSA ALIMENTAÇÃO

Objetivo: Melhorar o estado nutricional e de saúde de crianças e gestantes que encontra-se desnutridas o/ou que estejam em risco nutricional.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01– Desenvolver atividades educativas sobre alimentação e nutrição.	População alvo	Palestro Educação	12
02– Incentivar as mães quanto a importância da imunização e alimentação e aleitamento maternas.	Crianças de 0 a 6 anos de baixo peso ou risco nutricional.		12
03– Acompanhar a realização da agenda de compromisso dos beneficiários.	Crianças, gestantes e nutrízes beneficiados.		12
04– Avaliar de 3/3 meses o cumprimento da agenda de compromisso.	População beneficiada		04
05– Capacitar as equipes de PSF e PACS para incentivar e supervisionar o cumprimento das atividades da agenda de compromisso.	Agentes de saúde da zona urbana e rural	Treinamento	10
06– Incentivar as gestantes quanto a realização e importância do pré-natal	Gestantes em baixo peso ou em risco nutricional	Palestra educativa	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: DST/AIDS.

Objetivo: Conscientizar a população quanto a situação de vulnerabilidade e risco, a que esta exposta em relação as DSTs/AIDS, através de informações qualificadas sobre os meios de transmissão e prevenção, levando em consideração as mudanças na percepção de risco.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01–Ampliação da rede de notificação.	Unidades notificantes.	Unidade de Saúde	08
02–Campanhas de educação continuada e permanente, destinadas a população em geral, tendo em vista a população.	Conscientização dos grupos envolvidos sobre a prevenção.	Palestras Educativas	12
03–Mobilização social, visando deter o avanço das DSTs/AIDS, durante as principais festividades do município tais como, Carnailha, Dia Internacional da Mulher, Aniversário da Cidade, Festival Folclórico, Dia Mundial da Luta contra AIDS (1º de Dezembro).	Envolvimento da comunidade na luta contra as DSTs/AIDS.	Campanhas	03
04–Formação de agentes multiplicadores, envolvendo os adolescentes nas escolas, professores, criando palestras de saúde e líderes comunitários criando os pelotões de rua objetivando a prevenção e quebra da cadeia epidemiológica de transmissão do HIV.	DSTs/AIDS, responsabilidade de todos.	Agentes Multiplicadores	30
05 – Realização de notificação das DSTs/HIV	Unidades notificantes	Unidades de Saúde	08
06 – Aplicação de medidas de biossegurança (Capacitação)	Uso de equipamento de proteção individual.	Funcionários	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004

ANEXO I Metas e Prioridades para 2004



07 – Levantamento de dados das áreas indígenas e assentamentos rurais, visando deter a prevalência de DSTs/AIDS nestes grupos específicos.	Avaliar o percentual de risco de contaminação dos grupos	Relatórios	12
08 – Capacitação de Profissionais de nível superior e médio na prevenção de assistência aos portadores de DST/AIDS	Capacitação	Profissionais	02

Programa: SAÚDE DO ADOLESCENTE E DA CRIANÇA / SAÚDE DO IDOSO

Objetivo: Trabalhar na prevenção de DST e gravidez em menores de 10 a 19 anos e o combate com as drogas. Melhorar e assegurar o bom desempenho físico, mental e social da comunidade idosa.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01–Estimular adolescentes quantos os métodos anticoncepcionais e o uso dos mesmos.	10 a 19 anos	Palestras Educativas	80
02–Estimular as mães quanto ao aleitamento materno.	Crianças 0 a 1 ano	Palestras Educativas	100
03–Incentivar as mães sobre a importância da imunização.	0 a 5 anos	Palestras Educativas	100
04 – Acompanhamento do C.D.	0 a 5 anos	Criança	1000
05–Incentivar as mães sobre a importância do tratamento dentário dos menores.	0 a 14os	Palestras Educativas	-
06–Orientar quanto a relação entre alimentação e estado nutricional do idoso.	Enfermeira e Nutricionista.	Reuniões	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

07–Descentralizar os Programas CD e Saúde do Idoso e Adolescente para todos os Centros de Saúde existentes no município.	Centro de Saúde	Palestras Educativas	04
--	-----------------	----------------------	----

Programa: PREVENTIVO DO CÂNCER DE COLO UTERINO / CONTROLE DO CÂNCER POR TABAGISMO

Objetivo: Melhoria de qualidade de vida da mulher pela redução da morbimodalidade por câncer cérvico-uterino, através da identificação precoce pelo teste de papanicolau e tratamento adequado do câncer, bem como das lesões precursoras. Avaliar, Orientar e controlar a população com relação ao tabagismo.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01–Reestruturação de serviços para tratamento (CAF) e laboratório.	Cirurgias de CAF, Laboratório.	Cirurgias	30
02–Credenciar mais laboratórios de acordo com os critérios preestabelecidos pelo M.S.	-	-	-
03–Recrutamento oportunístico e priorizando a busca ativa mulheres na faixa etária de 35 a 49 anos que nunca fizeram o exame, principalmente na zona rural.	Mulheres com vida sexual ativa e na faixa de 35 a 49 anos.	Exames Realizados	2.600
04–Articulação com a mídia.	Mídia	-	-
05–Articulação do Programa com o PACS/PSF, ONGS, Escolas, Igrejas.	Agentes comunitários de saúde, líderes comunitários.	Treinamento	36
06–Elaboração e reprodução de material educativo.	Material didático.	-	-
07–Campanhas periódicas.	-	Campanha	01

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

08– Conscientização das mulheres sobre a prevenção do câncer de colo uterino, seu diagnóstico precoce de modo que façam o exame e voltem a pegar o resultado.	Mulheres com vida sexual ativa e na faixa etária de 35 a 49 anos que nunca fizeram o exame ou que já fizeram há 3 anos atrás.	Programas na Radio	12
09– Implantação do programa.	Enfermeira e equipes.	Centro de Saúde	05
10– Avaliar o número e grau de dependentes fumantes.	Enfermeira e equipes.	Reuniões	12
11– Orientar quanto o nocividade do tabagismo em relação a saúde.	Assistente Social .	Palestra Educativa	12

Programa: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARINTINS

Objetivo: Garantir uma Infra-estrutura física e lógica de conectividade (rede de computadores), controle logístico de documentações e informações em saúde desta Secretaria, necessitando para tanto da capacitação de Recursos Humanos em diversas áreas.

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
01– Implantação de uma infra-estrutura física/lógica de rede de computadores.	Secretaria	Sala	01
02– Implantação do Departamento de Avaliação e Controle de Contas.	RH	Treinamento	01
03– Implantação do Sistema de Auditoria em Contas.	RH	Treinamento	01
04– Capacitação de Recursos Humanos em Área de Atenção Básica, Relações Humanas, etc.	RH	Treinamento	01
05– Emissão de relatórios.	RH	Relatórios	12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

Programa: CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARINTINS

Objetivo: Garantir a manutenção do Conselho Municipal de Saúde, com cursos de capacitação para conselheiros, interligações com o

Ação	Produto	Unid.de Medida	Meta 2004
1 – Capacitação de conselheiros	Capacitação	conselheiros	24

Conselho do micro região, e manutenção das reuniões mensais.

0209 - Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento

011	XXXIX. Programa de Apoio Administrativo	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Serviços Realizados	METAS 2004
011	XL. Programa de Apoio Administrativo	Aquisição de Veículo (moto) para ações da Secretaria de Abastecimento	Veículo	01
	XLI.	Aquisição de Caminhões para a Região do Zé Açú, Gleba de Vila Amazônia e Valéria	Veículos	02
	XLII.	Encargos com Programa Provárzea/IBAMA	Convênio	
	XLIII.	Encargos com Programas da Secretaria Especial e Estadual de Aquicultura e Pesca – SEAP	Convênio	
	XLIV.	Encargos com Estruturação do Comitê Municipal da AFEAM (Setores: PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO)	Convênio	
	XLV.	Encargos para Operacionalização do Projeto Zona Franca Verde / Convênio Governo do Estado do Amazonas, Prefeitura Municipal de Parintins - SEPAP/IDAM (Distribuição de Sementes).	Convênio	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I
Metas e Prioridades para 2004

	XLVI.	Incentivo Operacional e Financeiro as Cooperativas e Associações Comunitárias de Produtores Rurais	Convênio	
	XLVII.	Incentivo Operacional e Financeiro ao Projeto de Hortas Escolares / Convênio IDAM/SEDUC/PMP/SEPAP	Convênio	
	XLVIII.	Incentivo Operacional e Financeiro a Feira do Bagaço (Francesa)	Convênio	
	XLIX.	Encargos para Operacionalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS	Convênio	
	L.	Formalização de Convênios com ONG'S para parceria com o Município	ONG'S	
014	LI. Prédios e Logradouros Públicos	Construção da Feira Coberta - Bairro Paulo Corrêa	Prédio/Box's	20
	LII.	Manutenção do Mercado Público Leopoldo Amorim da Silva Neves (Central)	Prédio	01
	LIII.	Manutenção do Mercado Público Mundico Barbosa (Francesa)	Prédio	01
	LIV.	Manutenção do Mercado Público Lindolfo Monteverde (Baixa de São José)	Prédio	01
	LV.	Manutenção da Feira do Produtor Rural (Portobrás)	Prédio	01
	LVI.	Manutenção da Feira da União Zezito Assayag (Itaúna – I)	Prédio	01
123	LVII. Produção e Abastecimento	Criação do Horto e Viveiro Municipal	Área m2	200
	LVIII.	Recuperação do Mercado Público e Matadouro da Agrovila do Caburi	Prédio/Recuperado	01
	LIX.	Recuperação de Barcos Comunitários	Barcos/Recuperados	05

ANEXO I
Metas e Prioridades para 2004

LX.	Construção do Porto Pesqueiro	Prédio	01
LXI.	Construção do Mercado Público da Agrovila do Mocambo	Prédio	01
LXII.	Construção de Terminal de Passageiros para o Produtor Rural na Vila Amazônia	Prédio	01
LXIII.	Criação do Centro de Incubação de Empresas Agroindustriais	Prédio	01
LXIV.	Criação do Centro de Treinamento do Produtor Rural		
LXV.	Aquisição de Barcos Comunitários para o escoamento da Produção	Barco	02
LXVI.	Aquisição de Câmara Frigorífica para o Mercado Leopoldo Amorim da Silva Neves (Central)	Câmara Frigorífica	02
LXVII.	Aquisição de Câmara Frigorífica para o Mercado Mundico Barbosa (Francesa)	Câmara Frigorífica	01
LXVIII.	Aquisição de Carro, para o transporte de Carne Bovina	Carro	01
LXIX.	Construção do Mercado Público para Vila Amazônia	Prédio	01
LXX.	Apoio a Realização da XXII Feira Agropecuária de Parintins	Serviço	
LXXI.	Realização de Campanha de Vacinação do Rebanho Bovino de Parintins	Vacinação/Convênio	02
LXXII.	Aquisição de Patrulha Mecanizada para Escoamento da Produção – Convênio com a Suframa	Equipamentos	04

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I
Metas e Prioridades para 2004

0210 - Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Cód. do Programa	Discriminação do programa	Denominação da Ação	Produto	Meta 2004
011	Programa de Apoio Administrativo	Manutenção da Secretaria de Obras	Serviços	Área Urbana
014	Prédios e Logradouros Públicos	Conclusão do Matadouro Municipal	Prédio	01
		Construção da Feira do Produtor na Francesa	Prédio	01
		Conclusão da Casa da Cultura	Prédio	01
		Reforma do Mercado Central	Serviço	Área Urbana
		Conservação de Prédios Públicos	Prédios	05
062	Qualidade do Ensino Fundamental	Construção de Escolas - FUNDESCOLA	Escola Construída	04
081	Desenvolvimento Urbano	Const. de Muro de contenção na Orla da Sede do Município.	M	300
083	Serviço de Utilidade Pública	Construção de calçada e meio fio – Bairro da Santa Clara	M ²	
		Reforma da Praça do Cristo Redentor	Serviço	Área Construída
091	Morar Melhor	Construção de Moradia Popular	Casas Construídas	200
101	Saneamento Básico	Construção de Esgoto Sanitário	KM	23
		Construção de Poços Artesianos nos bairros de Itauna e Paulo Correa	Poços Construídos	03

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

		Expansão do Sistema de abastecimento de água no bairro Paulo Correa	KM	10
		Construção de Poços Artesianos na área Rural	Poços Construídos	10
		Melhorias Sanitárias	Famílias Beneficiadas	258
		Construção de Reservatório com 200m ³ , no Bairro Paulo Correa	Reservatório Construído	02
123	Produção e Abastecimento	Aquisição de Meio de Transporte para Produção Agrícola	Balsa	02
		Manutenção do muro de Contenção através de enrocamento/Pedra em bloco	M ³	200
162	Estradas e Rodovias	Abertura de estradas na área Rural	Estrada/Km	70
171	Desporto Amador	Construção de quadras de esporte nos bairros de Palmares e Comunidade. do Zé Açú – M. Esp. Turismo	Quadras Construídas	02
		Contr. de Ginásio Coberto –Sede – M. Esp. Turismo	Quadras Construídas	01
		Const. da Mini Vila Olímpica – Sede do Município. – Convenio com Ministério dos Esportes	Complexo Esportivo	01
		Const. do Centro de Convivência do Idoso – Convenio com a SEAS	Prédio Construído	01
		Drenagem Pluvial Profunda – Ruas- Maues/Itacoatiara/Padre Jorge - Freizzini/Clarindo Chaves , Paraíba /Sen. Jose Esteves - Convenio com a FUNASA	Metros	5.000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

		Reforma do Parque de Exposição agropecuário Luis Lourenço de Souza – Convenio com Estado	Conjunto de Instalações Recuperadas	01
		Reforma do Estádio de Futebol – Convenio com Ministério dos Esportes	Estádio	01

0211 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Cód. do Programa	Discriminação do programa	Denominação da Ação	Produto	Meta 2004
142	Infra - Estrutura Turística	Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	Serviço Realizado	
071	Promoção Cultural	Encargos com Atividades Cívicas, Religiosas, Folclóricas e Culturais	Serviço Realizado	
		Premiação e encargo com Festival de Pastorinha e Concurso de Presépios	Eventos	02
		Premiação e encargo com Eventos Carnavalesco	Carnailha	01
		Premiação e encargo com Eventos Folclórico de Bumbas, Quadrilhas e Danças	Eventos	03
		Premiação e encargo com Eventos Religiosos Urbanos e Rurais	Eventos	35
		Encenação da Paixão de Cristo	Evento	01
		Premiação e encargo com Evento da Pesca do Peixe Liso	Evento	01
		Premiação e encargo com Evento do Festival de Verão (Uaicurapá e Cabury)	Evento	02

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA 2004



ANEXO I Metas e Prioridades para 2004

		Premiação e encargo com Eventos do Aniversário do Município	Evento	03
		Premiação e encargo com Eventos na Zona Rural (Festival do Beiju, Festival do Cheiro Verde, Festival do Artesanato)	Evento	03
		Premiação e encargo com Evento do Concurso de Telas	Evento	01
		Premiação e encargo com Evento de Música Sacra	Evento	01
		Premiação e encargo com Eventos do Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, Dia das Mulheres, Dia do Funcionalismo Público e Dia do Trabalhador	Eventos	06
		Capacitação de pessoas vinculadas às associações culturais e folclóricas	Treinamento	30

0212 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Cód. do Programa	Discriminação do programa	Denominação da Ação	Produto	Meta 2004
111	Proteção do Meio Ambiente	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	Serviços Realizados	
		Convênio com Associações de proteção Ambiental	Associações	03
		Elaboração do Plano Diretor do Meio Ambiente	Serviço Realizado	
		Soltura de Quelônios	Evento	02